

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**GABINETE DO REITOR**

PORTARIA NORMATIVA Nº 25, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

Institui o uso da Dispensa Eletrônica nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 para as contratações com fulcro nos Incisos I e II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e a obrigatoriedade do uso dos manuais, das listas de verificação, e dos modelos adotados pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa em matéria de contratações diretas, e dá outras providências, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.

**O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 33 do Estatuto da Universidade,

**CONSIDERANDO:**

- a Lei nº 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos Administrativos; e
- a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 que trata da Dispensa Eletrônica.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer que seja adotada para as contratações que se fundamentem nas hipóteses previstas nos Incisos I e II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, os procedimentos em conformidade com o preconizado no referido diploma legal e instruídos nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Deverá ser adotado

I - o inciso I do Art. 4º da IN SEGES/ME nº 67/2021 para contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e

II - o Inciso II do Art. 4º da IN SEGES/ME nº 67/2021 para contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do **caput** do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos no artigo anterior deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.



§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil) reais de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Para as contratações fundamentadas nos incisos I e II do Art. 75 da nº Lei 14.133/21 passa ser obrigatório o uso do Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal, assim como o uso dos procedimentos por esse estabelecido, ou outro manual que o venha a substituir.

Parágrafo único. O manual que trata este inciso está disponível no site do Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 4º Para as contratações previstas no Art. 1º passa ser obrigatório o uso das listas de Verificação destinadas a esse fim, elaboradas pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa.

Parágrafo único. São de uso obrigatório os demais artefatos que venham a ser adotados, elaborados e/ou normatizados pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa.

Art. 5º As unidades internas da UFPE, para consecução de seus objetivos e atribuições, nos atos referentes às contratações previstas no Art. 1º desta Portaria Normativa, deverão observar a legislação vigente e fazer uso dos manuais e das listas de verificação atualizados e publicados na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Gestão Administrativa deve manter os manuais e as listas de verificação, sob sua responsabilidade, atualizados relativamente às alterações legais e normativas que impactam sobre seus trabalhos.

Art. 6º Os referidos manuais e listas de verificação devem ser publicados e atualizados na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa.

Art. 7º Para as contratações previstas no **caput** do Art. 1º desta Portaria Normativa devem constar como elementos mínimos do processo de contratação os seguintes artefatos:

I - Documento de Formalização de Demanda;

II - Termo de Referência;

III - Análise de Gestão de Riscos da fase de gestão do contrato, nos termos da IN SEGES/MPGD nº 05/2017;

IV - Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos (Modelo AGU), devidamente anexados ao Sistema de Dispensa Eletrônica do Comprasnet;

V - Extrato de Divulgação da Dispensa Eletrônica do Sistema de Dispensa Eletrônica do Comprasnet; e

VI - Relatório de Dispensa Eletrônica extraído do Sistema de Dispensa Eletrônica do Comprasnet.

§ 1º Os elementos de que tratam os incisos do **caput** deste artigo devem atender a instrução processual disposta na Lei nº 14.133/2021, na IN SEGES/ME nº 67/2021 e na Lista de Verificação para as contratações previstas no Art. 1º desta Portaria Normativa.

§ 2º O Documento de Formalização de Demanda, deve ser elaborado conforme modelo disposto na página da PROGEST na Aba de Orientações.

§ 3º O Termo de Referência deve conter minimamente os seguintes elementos:





I - definição do objeto, incluído sua especificação (CATMAT/CATSER), natureza, quantitativos, unidade de medida, prazo do contrato e, se for o caso, possibilidade de sua prorrogação;

II - fundamentação da contratação;

III - descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, bem como prazo de entrega ou de execução, local de entrega ou execução e condições de entrega;

VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII - critérios de medição, de recebimento provisório e definitivo e de pagamento;

VIII - forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; e

X - adequação orçamentária.

§ 4º A Análise da Gestão de Riscos deve atender para o disposto no Art. 25 e o no Inciso IV, § 1º do Art. 26 da IN SEGES/MPGD nº 05/2017.

§ 5º Na inserção e divulgação da Dispensa Eletrônica, no sistema do Comprasnet, no Portal de Compras do Governo Federal, deve ser anexado o documento "Aviso de Dispensa Eletrônica" e seus anexos utilizando-se o modelo padronizado da Advocacia-Geral da União, disposto na página da PROGEST na Aba Orientações, contendo minimamente os seguintes elementos:

I - Objeto da contratação direta:

a) data e hora de encerramento da disputa;

b) especificação do objeto a ser adquirido ou contratado, com o CATMAT ou CATSER;

c) quantidades, unidades de medida;

d) local de entrega ou execução;

e) prazo de entrega ou conclusão dos serviços;

f) condições de entrega; e

g) intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

II - condições de participação na dispensa eletrônica;

III - previsão de instruções mínimas de ingresso na dispensa eletrônica e cadastramento da proposta inicial;

IV - regramento da fase de lances;

V - critérios de julgamento;



V - exigências de habilitação e qualificação técnica:

VI - formas de estabelecimento da contratação;

VII - regras Sancionatórias; e

VIII - disposições Gerais.

§ 6º No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

§ 7º De acordo com o Art. 95 da Lei nº 14.133/21, o termo de contrato é facultativo nas contratações fundadas no Art. 75, incisos I e II (dispensa por valor) e no caso de compras com entrega imediata.

§ 8º Caso não haja termo de contrato, este poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como, nota de empenho de despesa, no qual deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do aviso de dispensa.

§9º O Relatório de Dispensa Eletrônica que trata o Inciso VI do **caput** deste artigo, extraído do Sistema de Dispensa Eletrônica do Comprasnet, deve conter as informações referentes à Dispensa de licitação, sua numeração, classificação dos participantes, eventos da dispensa, razão da escolha do fornecedor, declaração habilitando os fornecedores, evento de adjudicação e homologação.

Art. 8º Permanecem regidos pela Lei nº 8.666/93, os procedimentos administrativos referentes às Dispensas de licitação fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 do referido diploma legal, autuados em processo até a data de entrada em vigor desta norma.

Art. 9º Esta Portaria entra em 12 de novembro de 2021.

  
Prof. ALFREDO MACEDO GOMES  
- Reitor -



---

*Emitido em 29/10/2021*

**PORTARIA Nº 8447/2021 - GR (11.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 04/11/2021 10:12 )*

LAIS EULALIA SALES

CHEFE

2266911

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**8447**, ano: **2021**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **04/11/2021** e o código de verificação: **83df1ec9d5**